

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO RECURSO PARA A EDUCAÇÃO: UM ESTUDO A PARTIR DO PATRIMÔNIO MATERIAL ESTAÇÃO DA LUZ E PATRIMÔNIO IMATERIAL FANDANGO CAIÇARA NO ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL

Ana Paula Perardt Farias*
ana.perardt@hotmail.com
Marcelo Campos Tiago**
mctiago@uol.com.br

RESUMO

Este artigo teve como objetivo conhecer a importância do patrimônio material e imaterial para a educação, por meio de dois patrimônios na cidade e no estado de São Paulo: A Estação da Luz como patrimônio material e o Fandango Caiçara como patrimônio imaterial. Assim, se discutiu a importância da educação patrimonial como recurso para a educação, e também a relação desses marcos histórico para a preservação da cultura e história de um povo. Para tanto foi realizada a pesquisa bibliográfica a fim de contribuir para a reflexão de um ensino de qualidade sob o viés da educação patrimonial, por meio de suas representações culturais. Considera-se, por fim, que as reflexões preliminares apontaram para os seguintes aspectos: a importância de projetos, oficinas, saídas de campo sobre a educação patrimonial dentro das escolas; ensinar o respeito ao passado, construindo assim um futuro melhor para as crianças e jovens. Observou-se que a educação patrimonial é uma possibilidade de se trabalhar com o resgate da memória e patrimônio para a educação do futuro, visto que há inúmeros bens tombados e registrados, como nos casos utilizados neste estudo, valorizando a cidade, o estado, e as pessoas que fazem parte deste patrimônio, estimulando o sentimento de identidade.

Palavras-chave: educação patrimonial; patrimônio; Estação da Luz; Fandango Caiçara; São Paulo.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como intuito compreender o patrimônio como recurso para a educação, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considerando-se, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades que possuem referências culturais, onde convivem com o patrimônio cultural, por fazer parte de uma comunidade ou de uma cidade, pois diante do processo de modernização das cidades, percebe-se a constante desvalorização e desconhecimento com relação ao patrimônio cultural.

* Mestranda em Turismo pela Universidade Federal do Paraná. Pós-graduanda *Lato Sensu* em Docência no Ensino Superior pelas Faculdades Metropolitanas Unidas. Graduada em Turismo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, Brasil.

** Doutor em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2012). Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2004). Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991). Graduado em História pela Universidade de São Paulo (1990). Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Nove de Julho (2002), Brasil.

A necessidade de trabalhar o patrimônio cultural nas escolas fortalece a relação das pessoas com suas heranças culturais, estabelecendo um melhor relacionamento destas com estes bens, percebendo sua responsabilidade pela valorização e preservação do patrimônio, fortalecendo a vivência real com a cidadania, num processo de inclusão social (MORAES, 2005).

Além disso, preservar o patrimônio cultural valoriza o crescimento social e cultural de um povo, pois os bens culturais armazenam um conjunto de informações, dentre eles, podem ser refletidos em crenças, ideias, costumes, além de demonstrar um determinado gosto estético ou algum tipo de conhecimento tecnológico, e servir como documento das condições sócio-políticas e mesmo da econômica das civilizações.

O foco desse estudo é na cidade de São Paulo – SP e no litoral de São Paulo. A capital é considerada polo cultural no Brasil, tendo-se consolidado como local de origem de toda uma série de movimentos artísticos e estéticos ao longo da história do século XX. É em São Paulo também que existe o maior mercado de cultura, tendo hoje se consolidado como uma das principais capitais culturais do Brasil e da América Latina. A cultura da cidade de São Paulo foi largamente influenciada pelos diversos grupos de imigrantes, como os italianos, japoneses, alemães, dentre outros. Além disso, São Paulo possui um amplo complexo de teatros, casas de shows e espetáculos, bares e grandes eventos culturais, sem contar no infinito leque de opções gastronômicas (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2017).

A pesquisa buscou compreender dois patrimônios, sendo um material e um de caráter imaterial. Sobre o patrimônio material analisou-se a Estação da Luz, um marco histórico na cidade de São Paulo que foi aberta ao público em 1º de março de 1901, a estação ocupa 7,5 mil m² do Jardim da Luz, onde se encontram as estruturas trazidas da Inglaterra que copiam o *Big Ben* e a abadia de *Westminster* (CIDADE DE SÃO PAULO, 2016). Além disso, a estação foi tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico (CONDEPHAAT) em 1982.

O patrimônio imaterial pesquisado no presente estudo é o Fandango Caiçara, que segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2017) é uma expressão musical, coreográfica, poética e festiva, sua área de abrangência se estende pelo litoral Sul do estado de São Paulo e o litoral norte do estado do Paraná. Essa forma de expressão possui uma estrutura complexa e se define em um conjunto de práticas que por meio do trabalho, da diversão, religião, música e dança, prestígios e rivalidades, saberes e fazeres, faz parte da cultura local da comunidade.

Através do que foi abordado chegou-se a seguinte problemática: Como relacionar o patrimônio material e imaterial paulista para a educação na cidade e no estado de São Paulo – SP? Para responder tal problema, elaborou-se como objetivo geral: Conhecer a importância do patrimônio material e imaterial para a educação. Já os objetivos específicos foram: Estudar o patrimônio material na cidade de São Paulo; E como podem ser utilizados como recursos para a educação.

Sobre a metodologia utilizada para a confecção do presente artigo foi utilizada a pesquisa bibliográfica sobre os temas abordados: patrimônio material, patrimônio imaterial, memória e educação patrimonial. Em seguida, apresentam-se os objetos de estudo e suas características, logo após a análise e discussão dos resultados que foram apresentados na forma de relatório escrito.

O texto divide-se em quatro itens. Este primeiro introduz o tema ao leitor, contextualizando o assunto, e apontando problema e objetivos. Já o segundo traz a base teórica do trabalho, onde são apresentados os conceitos base: patrimônio material e imaterial, memória e educação patrimonial. Na terceira seção são apresentados os estudos de caso, bem como a análise dos resultados. E, por fim, apresentam-se as considerações finais e referências.

2 PATRIMÔNIO CULTURAL, MATERIAL E IMATERIAL: LEGADOS DE NOSSA HISTÓRIA

O patrimônio é compreendido como os elementos materiais e imateriais, naturais ou culturais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo de indivíduos se reconhece e forma sinais de sua identidade (ZANIRATO, 2009). Associa-se ao patrimônio cultural a ideia da lembrança e da memória, que são fundamentais para as ações patrimonialistas, pois o patrimônio cultural é preservado em função da sua relação com as identidades culturais (ROCHA, 2012).

Quando se pensa em patrimônio, logo se pensa na possibilidade das memórias e as identidades adquirem materialidade. O patrimônio também está relacionado ao sentimento de pertencimento, de um legado deixado de pai para filho. Contudo, o patrimônio não se limita apenas ao sentido de herança, mas refere-se também aos bens produzidos pelos antepassados, que resultam em experiências e memórias, coletivas ou individuais.

Rocha (2012) ressalta que a herança cultural adquirida pode fornecer informações significativas acerca da história de um país e do passado da sociedade. Assim sendo, acabam

por contribuir na formação da identidade do país, como também na formação de grupos, nas categorias sociais e na construção da memória, desencadeando assim uma ligação entre o cidadão e suas raízes. Em vista disso, torna-se fundamental no que diz respeito ao desenvolvimento cultural de um povo, uma vez que reflete em sua formação sociocultural.

Desta maneira, (RODRIGUES, 2005 *apud* FPTI, 2011, p. 21) ressalta que a participação da comunidade em prol da preservação do seu patrimônio é primordial, pois a comunidade tem que sentir que deve preservá-lo para as futuras gerações e que isso tem um papel importante em suas vidas

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) são instituições que trabalham com o patrimônio e sua preservação.

Segundo a Unesco (2017, s/p): “O patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade.”. Para o Iphan (2017, s/p): “O patrimônio cultural não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis”.

Por isso, enfatiza a importância do patrimônio como suporte da história e da memória dos grupos sociais. Em outros termos, são instrumentos importantes de identidade dos grupos sociais. Por esse motivo, a própria comunidade deve pensar na decisão do que deve ser preservado sobre seus produtos culturais (MARTINS, 2003). Nesse sentido, a preservação pode ser individual ou coletiva, podendo os indivíduos ou os diversos grupos sociais criarem mecanismos de preservação do patrimônio daquilo que considerarem digno de ser preservado: como museus, centros de memória, institutos históricos, entre outros.

O Iphan (2017, s/p) divide o patrimônio em duas categorias: patrimônio material e imaterial. Sobre o patrimônio material:

[...] é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro livros do tomo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Entre os bens materiais brasileiros podem-se citar como exemplos alguns conjuntos arquitetônicos de cidades como: Ouro Preto (MG), Paraty (RJ), Olinda (PE), entre outros.

A segunda categoria é o patrimônio imaterial, que para o Iphan (2017, s/p):

[...] os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas.

No entanto, Zanirato (2009) diz que para se ter uma mobilização de preservação terá que ter clareza quanto aos usos sociais do patrimônio. Os usos sociais correspondem aos modos socialmente construídos para a participação da sociedade. Em geral na identificação, conservação, estudo e transmissão dos bens que configuram a sua identidade e o sentimento de pertencimento. Isso implica que a população se sinta identificada com os elementos a serem preservados, que se reconheça neles, para que eles se tornem, de fato, representativos para aquela comunidade.

Conservar o patrimônio é uma forma de garantir o testemunho e referencial, não apenas de seu valor arquitetônico e histórico, mas dos valores culturais, simbólicos, e de sua representatividade social (ZANIRATO, 2009).

A preservação acaba sendo uma proposta para a degradação do patrimônio, muitas vezes por falta de recursos financeiros para obras de restauro e manutenção, e a conservação é o que iria permitir proteger o bem dos efeitos do tempo (CHUVA; NOGUEIRA, 2012). Em vista disso, o registro de bens imateriais faz parte da preservação e de salvaguardar um bem cultural, oportunizando as futuras gerações e atuando na melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução para sua continuidade e existência (IPHAN, 2017).

O reconhecimento do pertencimento coletivo do patrimônio acarreta esforços para sua conservação e preservação, pois quanto mais coletivo e representativo for, mais protegido estará. Sendo assim, acredita-se que preservar o patrimônio cultural (objetos, documentos escritos, edificações, áreas naturais), e toda a gama do patrimônio imaterial (danças, festividades, modos de fazer) são garantias de que a sociedade tenha oportunidades de se enxergar pelo patrimônio, de observar que ele faz parte de sua história e memória das pessoas, da comunidade, de um povo (FUNARI; PINSKY, 2009).

No próximo item será abordado sobre a relevância da memória nos estudos do patrimônio e da educação.

3 MEMÓRIA

De acordo com alguns autores que estudam a memória, Batista (2005) explica que a memória é sempre atual, pois a qualquer momento pode-se utilizá-la. É vivida no presente, aberta à lembrança e ao esquecimento, alimenta-se de lembranças vagas, globais e flutuantes, além de criar um sentimento de pertencimento e identidade. Para Santos (2004) a memória não é algo do passado, é um fenômeno que traz em si um sentimento de continuidade, seja ele processado individualmente ou em grupo, tornando-se fator preponderante para o entendimento do sentimento de identidade.

Logo, para Sobral (2006, p. 6):

[...] muito do que constitui a memória é o produto de experiências individuais ou coletivas, que incorporadas, opera pelos sentidos, como a visão, a audição, o paladar, o olfato, que constituem uma matriz do agir e podem ser objetivadas como recordação.

Leva-se como exemplo as lembranças dos cheiros vividos durante a infância, rememorando-se, assim, um passado que está presente em algum momento do dia a dia. Sendo assim, Pollak (1992) afirma que a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa, mas ela deve ser entendida também como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a mudanças constantes.

Ao ser reconhecido como uma narrativa do passado de um grupo social, a memória coletiva atua como elemento constituinte de uma identidade social, ou seja, a memória além de uma lembrança de um passado que já foi, também aponta para as potencialidades de um futuro que se deseja construir. Pacheco (2010) retrata que foi por meio dos grupos étnicos e diferentes instituições que passaram a desenvolver políticas de registro e difusão de sua memória coletiva.

A memória faz conservar através de imagens, inscrições, desenhos, documentos, a lembrança de fatos consideráveis sobre a constituição da história. A constituição das memórias estabelece importante função social, na medida em que reproduz informações mesmo ante a ausência de dados escritos, baseando-se no estudo de objetos que marcaram o seu acontecimento (GUZZO, s/a, p. 4).

Sem embargo, o processo da memória na história do homem faz intervir não só os fatos que aconteceram, mas também na lembrança desses fatos possibilitando uma análise mais densa e real sobre o que aconteceu no passado, fazendo com que haja novos

questionamentos e novas análises sobre os fatos. Questiona-se então a importância da valorização dessas memórias, que apontam para acontecimentos marcantes na história. Costa e Castro (2008) dizem que o movimento acadêmico defende a valorização da memória dentro da área nas ciências humanas, pois pode estar vinculado à necessidade de enraizamento.

Sendo assim, é no presente que a valorização do passado é disputada como recurso para a construção do futuro. Neste sentido, é pertinente pensar nas estratégias de armazenamento e ao não esquecimento do passado por meio de museus e monumentos de preservação do passado, centros de memória com documentos escritos e institutos históricos como lugares de uma concepção e versão da memória.

Segundo Enne (2004), o que se guarda e armazena é o que se quer lembrar, pois o não mais visto tende ao esquecimento, visto que esses marcos históricos tem a função de manter ativo o pertencimento a determinado vínculo de identificação, no caso o próprio patrimônio material.

De acordo com Le Goff (1990, *apud* ROCHA, 2012) o passado só permanece vivo através de trabalhos de síntese da memória, que nos dá a oportunidade de reviver a partir do momento em que o indivíduo passa a compartilhar suas experiências, tornando com isso a memória viva.

Neste sentido, a memória é parte fundamental para a construção de uma identidade, ela aciona sentimentos de pertencimento por meio de experiências passadas e faz com que haja um reconhecimento individual ou coletivo. Por meio da educação patrimonial, pode-se trabalhar com o patrimônio e a memória, em busca da valorização da história de nossos antepassados e dos bens que eles nos deixaram.

No próximo item buscará compreender como a educação patrimonial pode ser utilizada em sala de aula.

4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2017) salienta que todas as vezes que as pessoas se reúnem para construir e dividir conhecimentos, investigar para conhecer melhor, entender e transformar a realidade que a cerca está realizando uma ação educativa. Quando tudo isso é feito levando em conta algo relativo ao patrimônio cultural, então se trata de Educação Patrimonial.

O princípio básico da Educação Patrimonial segundo os autores Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 06):

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Desta forma, a educação patrimonial em suas formas de intervenção, possibilita a interpretação dos bens culturais, tornando-se um instrumento importante de promoção e vivência da cidadania, gerando a responsabilidade na busca para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.

A educação patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem preponderar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais (IPHAN, 2017).

A educação patrimonial é um instrumento de alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

As mesmas autoras enfatizam que o diálogo permanente que está dentro do processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens.

Os mesmos autores destacam que a metodologia utilizada nos estudos da educação patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer

outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

A intenção da educação patrimonial é de proporcionar aos estudantes um maior contato com a criação cultural que é um fazer contínuo da sociedade no qual a pessoa tem um espaço próprio, ao mesmo tempo que lhe possibilita adquirir os instrumentos para recriar, transformar, usar e desfrutar o patrimônio cultural da sua região, do seu país e do mundo, preservá-lo, enriquecê-lo para participar das mudanças da cultura de hoje e do amanhã (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

O Iphan (2017) destaca que há vários recursos e metodologias que podem ser utilizados com o enfoque em se estudar a educação patrimonial, dentro ou fora da escola. No entanto, para alcançar os resultados esperados neste campo da educação, é preciso que se faça um treinamento com os agentes que irão desenvolver este trabalho nas escolas, nas associações ou bairros, ou em qualquer espaço ou grupo social que pretenda trabalhar nessa área.

Os princípios básicos da educação patrimonial no ambiente escolar segundo o Encontro Nacional de Educação Patrimonial de São Cristóvão – Sergipe (CASCO, 2005, s/p):

- 1) O aluno e a escola possuem saberes. A educação patrimonial deve construir o conhecimento a partir da experiência dos alunos;
- 2) A ação do professor deve partir dos contextos locais e relacionar com as culturas regionais, nacional e mundial;
- 3) A educação patrimonial deve incentivar o espírito crítico;
- 4) A educação patrimonial não é uma matéria ou disciplina. É um campo de estudos, pesquisas e debates, transversal às diferentes disciplinas para estimular atitudes de valorização do patrimônio cultural;
- 5) A educação patrimonial é um instrumento de desenvolvimento de cidadania;
- 6) A educação patrimonial deve ser desenvolvida institucionalmente em articulação com o MEC, as secretarias de educação e escolas estaduais e municipais;
- 7) A educação patrimonial deve constar no Plano Político Pedagógico – PPP.

Esses seriam os sete princípios básicos da educação patrimonial em ambiente escolar, infelizmente, deixa-se a desejar nos estudos da área, pois, nem todas as instituições de ensino se preocupam em abordar as questões sobre o patrimônio cultural. As instituições poderiam fazer projetos para relacionar as várias áreas do conhecimento, com os estudos da educação patrimonial, como nas disciplinas de geografia, história, ciências, entre tantas outras, onde o aluno pudesse assimilar o conhecimento, a história vivida pelos antepassados e observa-se na prática, o patrimônio material e imaterial.

Deve-se mobilizar a sociedade sobre ações educativas voltadas para a preservação do patrimônio. As iniciativas de movimentos sociais em exercer seu direito de escolha de bens a

serem preservados, atribuir valores, encaminhar propostas de tombamento e registros, a realização de ações educativas faz com que a sociedade tenha disposição em compartilhar, as ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Contudo, elaborar projetos educativos voltados para a disseminação de valores culturais, formas e mecanismos de resgate, preservação e salvaguarda do patrimônio, assim como a recriação e transmissão para as futuras gerações, é um projeto para a formação de cidadãos livres e sabedores de seus direitos e deveres.

5 OBJETOS DE ESTUDO: ESTAÇÃO DA LUZ E FANDANGO CAIÇARA

Com o objetivo de conhecer a importância do patrimônio material e imaterial para a educação foram selecionados dois patrimônios: um material e um imaterial. Ambos do estado de São Paulo – Brasil.

Como patrimônio material, buscou-se compreender a Estação da Luz, cujo espaço total de 7.500 metros quadrados foi projetado pelo Barão de Mauá¹, e, foi construída em 1867. Seu objetivo principal era abrigar a estação ferroviária *São Paulo Railway*, no bairro da Luz, cujo terreno cedido pelo governo da Província de São Paulo. A ferrovia, que ligava o porto de Santos (cidade litorânea paulista) a Jundiaí (interior do estado) foi construída para escoar as mercadorias vindas da economia cafeeira, e produtos importados, tanto para o consumo quanto para a produção em uma época que a industrialização não estava tão avançada na capital paulista (SANTANA, 2016).

A estação possui estética vitoriana, e foi construída por engenheiros ingleses com matéria-prima vinda da Inglaterra. Depois de cinco anos de obras, a estação foi inaugurada em 1901, construída em alvenaria de tijolos e combinada com estruturas metálicas. No entanto, não demorou muito para que o novo marco da cidade fosse considerado uma sala de visitas de São Paulo. Todas as personalidades notáveis que tinham a capital como destino eram obrigadas a desembarcar no local, como: empresários, intelectuais, políticos, diplomatas e reis, todos foram recepcionados em seu saguão e por lá passavam ao se despedirem (NATAL, 2016).

A estação tornou-se também, porta de entrada para imigrantes, esta importância, concedida a *São Paulo Railway*, como era oficialmente conhecida, durou até o fim da

¹Barão de Mauá ou Visconde de Mauá (1813-1889) foi industrial e político brasileiro. Pioneiro da industrialização no Brasil. Foi um símbolo dos capitalistas empreendedores brasileiros do século XIX.

Segunda Guerra Mundial. Após este período, o transporte ferroviário foi sendo substituído por aviões, ônibus e carros, mais rápidos que os trens (NATAL, 2016).

Após um incêndio ocorrido em 1946, o edifício foi restaurado, e estendeu-se até 1951, quando foi reinaugurada. Durando o processo foi acrescentado um novo andar na seção administrativa. A partir disso, o transporte por meio de trens entrou em declive. Também, quando o edifício foi restaurado passou a abrigar, o Museu da Língua Portuguesa, inaugurado em 20 de Março de 2006 (CONDEPHAAT, 2016).

No entanto, hoje transitam as mais variadas linhas ferroviárias e metroviárias, a estação hoje faz parte integrante da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e do Metrô de São Paulo, constituindo-se em um dos principais centros metro-ferroviário da cidade. E, em 1982 o complexo arquitetônico da Estação da Luz foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico (CONDEPHAAT). No entorno da estação, estão a Pinacoteca do Estado, a Estação Pinacoteca e a Sala São Paulo (VEJA SÃO PAULO, 2016).

As áreas centrais urbanas acumulam as marcas dos processos históricos nas cidades. Com o passar do tempo, permanece a memória nas edificações e estruturas do passado. A mudança desses centros valoriza as diferentes representações dos espaços urbanos (PAES, S/A). A Estação da Luz é vitrine de um tempo, que oferece a percepção de seus símbolos, é uma paisagem representativa de um tempo que não volta mais.

Os centros históricos e bens tombados de uso público estão como uso quase que exclusivo do turismo cultural, e, muitas vezes, perdem a originalidade e deixam de ser o foco de diversidade, liberdade e criatividade como aborda Paes (S/A). Permanecem os objetos e vão-se os sentimentos de pertencimento de determinada população. Infelizmente, isso não pode acontecer, pois a estação possui um papel fundamental na memória da cidade, trazendo a história no momento em que milhares de pessoas passam pela estação todos os dias rumo a outras intermediações, com acesso ao metrô e ao trem. Quantos encontros, quantos desencontros, quantas celebrações.

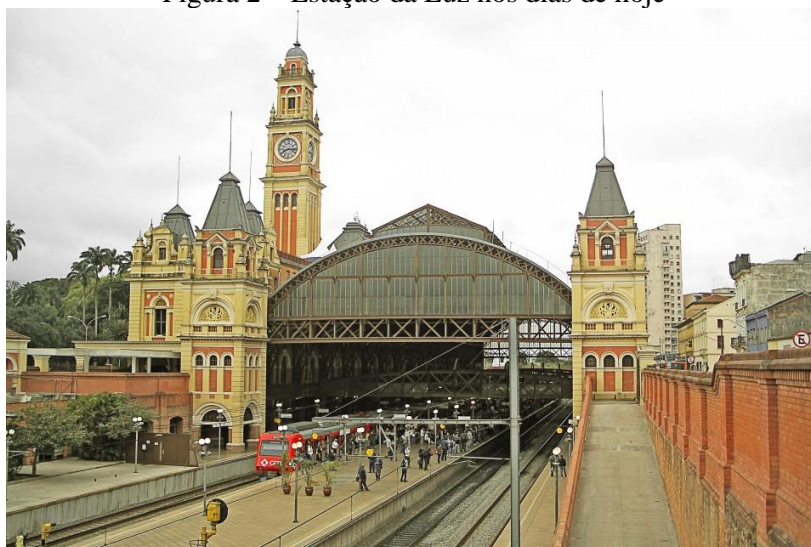
Nas figuras abaixo, segue algumas imagens da Estação da Luz, em sua construção, e, nos dias atuais:

Figura 1 – Início da construção da Estação da Luz



Fonte: <http://stoa.usp.br/cienciacultura/forum/82883.html>, 2010.

Figura 2 – Estação da Luz nos dias de hoje



Fonte: <http://blog.pittsburgh.com.br/2010/08/algumas-cenas-estacao-luz>, 2010.

Sobre o patrimônio imaterial no estado de São Paulo, buscou-se compreender a relevância do registro do Fandango Caiçara, comum no litoral dos estados do Paraná e São Paulo. Segundo o Iphan (2017) o Fandango Caiçara é uma expressão musical-coreográfica-poética e festiva, sua área de abrangência se estende do litoral sul do estado de São Paulo ao litoral norte do estado do Paraná.

O Fandango como é vivenciado atualmente nas regiões do litoral de São Paulo e Paraná é resultado de um processo histórico-social consolidado, sobretudo, a partir do final do século XIX, com a formação dos núcleos de povoamento chamados de sítios. A partir dos modos de vida nesses espaços, o fandango adquiriu respeito, estando ligado a atividades rurais baseadas na roça, na pesca e no extrativismo (IPHAN, 2017).

A tradição do fandango faz parte das expressões ligadas a organização de trabalhos coletivos, onde os vizinhos se reúnem para ajudar a erguer uma casa ou durante os preparativos para um casamento. Ao fim do dia, o organizador oferece como pagamento aos ajudantes voluntários um fandango, espécie de baile com comida farta (IPHAN, 2017). Hoje em dia, as comunidades caiçaras ainda comemoram com fandango os aniversários, casamentos, batizados, a Festa de São Pedro, as romarias do Divino e a louvação a São Gonçalo. São momentos onde a comunidade atualiza as notícias e reforça as relações de parentesco, a convivência entre tocadores, dançadores, preservando a memória e a prática das diferentes músicas e danças.

O Fandango Caiçara se classifica em batido e bailado ou valsado, cujas diferenças se definem pelos instrumentos utilizados, pela estrutura musical, pelos versos e toques. Segundo o mestre Nemésio do grupo de fandango do litoral do Paraná, diz que o fandango se dá ao som da rabeca e da viola, mas é no ritmo do tamanco dos homens que ele ganha força. “O tamanco é o principal instrumento do Fandango, ele marca a batida, e só os homens batem. As mulheres não podem colocar o tamanco. Se ela coloca e vai tentar bater, fica diferente. Tem que seguir a tradição”, explica o mestre (IPHAN PARANÁ, 2017).

Nos bailes, como são conhecidos os encontros onde há fandango, se estabelece redes de trocas e diálogos entre gerações, intercâmbio de instrumentos, afinações, modas e passos possibilitando a manutenção da memória e da prática das diferentes músicas e danças.

Segundo o Iphan do Paraná (2017, s/p) se não fosse a união dos grupos a tradição já estaria perdida. No entanto, por meio do registro e do reconhecimento como Patrimônio Imaterial Brasileiro, que aconteceu em meados de 2012, acredita-se que a tradição vai levar a preservação, para que assim, futuras gerações possam usufruir da cultura local. O fandango é uma forma de expressão cultural profundamente enraizada no cotidiano das comunidades caiçaras, um espaço de reflexão de sua memória e identidade, onde faz parte dos padrões da vida local e social das comunidades.

Deve-se preservar esse patrimônio imaterial, para que não caia em esquecimento, isso faz parte da cultura caiçara, de populações tradicionais com relação ao modo de vida do local.

Figura 3 – Tamancos em destaque no Fandango



Fonte: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/retratos-parana/curiosidades/as-dancas-tipicas-que-embalam-os-paranaenses-9jue0a0pp4t8a9q2w4u1tpk5q>>, 2011.

Figura 4 – Grupo caiçara de Fandango – Cananeia, Litoral de São Paulo



Fonte: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/83>>, s/a.

A construção do patrimônio depende da importância que um indivíduo, ou um grupo de indivíduos dá a um determinado bem, por isso, se dá a importância da valorização da sociedade com o patrimônio. O cuidado, por parte desses atores sociais, com o patrimônio é de suma importância na caracterização da identidade da cidade de forma a diferenciá-la das outras (PERINOTTO; SANTOS, 2011).

Ambos os patrimônios Estação da Luz e o registro do Fandango Caiçara, patrimônios material e imaterial fazem parte da identidade da população local, pela representação que os mesmos possuem em suas respectivas épocas, garantindo que a sociedade tenha maiores

oportunidades de se perceber e se enxergar perante tal bem histórico e cultural. O patrimônio é algo do passado, mas que vivenciamos em nosso dia a dia e transmitimos as futuras gerações, para que o mesmo não seja perdido ou esquecido.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A ligação do patrimônio material e imaterial com a educação no estado de São Paulo é visto como uma oportunidade para alunos, professores e, sociedade em geral, em conhecer sua história, cultura, por meio de edificações, como a Estação Luz, patrimônio material do estado de São Paulo, e o Fandango Caiçara registrado como patrimônio imaterial e que faz parte das expressões culturais, memória e identidade, do modo de vida de comunidades que vivem no litoral do estado de São Paulo. Descobrir sua origem por meio do patrimônio, sendo um dos fatores determinantes para a identidade de um povo.

Além disso, a relação da população com o espaço propriamente dito da Estação da Luz traz elos com o passado, pelo registro de lembranças, como o transporte ferroviário, os fatos, celebrações, o quanto esse espaço é significativo no contexto urbano da cidade de São Paulo e para as pessoas que vivem ali ou até mesmo para as que passam todos os dias pelo local. Pesavento (2005) ressalta que para o resgate do patrimônio, da memória e da história de uma cidade é preciso recolher registros de outra época, testemunhos e traços de diferentes naturezas, que possam dar conta das transformações do espaço urbano no tempo.

Para as comunidades que tem como tradição a celebração do Fandango Caiçara, percebe-se como isso faz parte da vida de cada um, relembrar seus antepassados, o traço característico do local em que vive, a dança trouxe respeito para a localidade e para os que vêm de fora e não conheciam, pois era a forma como viviam antigamente, a lida com a terra, e o começo dos povoados, são tradições que passam de pai para filho para que não seja esquecida.

Nesse sentido, percebe-se como a área de educação poderia trabalhar com questões relacionadas ao patrimônio material e imaterial, do estado e do Brasil. A educação patrimonial em suas diversas formas de mediação, possibilita a interpretação dos bens culturais, tornando-se um instrumento importante de promoção e vivência da cidadania. Consequentemente gera a responsabilidade na busca, na valorização e preservação do Patrimônio para os cidadãos de determinada cidade ou região.

A educação patrimonial entra como um processo de tomar os objetos e expressões do patrimônio cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os,

questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos e interpretados em conceitos e conhecimentos (CHUVA; NOGUEIRA, 2012).

Infelizmente a educação patrimonial é um tema ausente em sala de aula, mas segundo Noelli (2004) é o resultado de muitas dificuldades, o que ela chama de “cultura brasileira” incluindo a preservação de prédios históricos, objetos, paisagens naturais, entre outros. Trata-se muitas vezes da consciência histórica que faz com que o cidadão valorize e preserve o patrimônio material e a memória da sociedade, a preservação do patrimônio cultural depende, principalmente, de uma educação voltada à compreensão e valorização da diversidade.

A educação patrimonial entra como um alicerce para os alunos conhecerem sua história, a memória de seu povo, sentirem pertencidos ao contexto do patrimônio em sua cidade e seu estado. Deve-se estimular o aprendizado, levar os alunos a campo, fazer visitas técnicas, muitos não sabem a importância de conhecer o modo de vida de seus antepassados e como eles servem de referências nos dias atuais.

Alguns métodos e recursos que Chuva e Nogueira (2012, p. 299) disponibilizam e que poderiam ser usados nas escolas e na comunidade de uma maneira geral, em oficinas de forma interdisciplinar:

- 1) Instigar a percepção, análise e a comparação dos objetos expostos, levando o público a compreender os aspectos tecnológicos, políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade brasileira;
- 2) Resgatar a relação de afeto da comunidade pelo patrimônio, fazendo com que haja um processo de aproximação da população ao patrimônio, memória, ao bem cultural, de forma prazerosa, agradável e lúdica;
- 3) Levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural;
- 4) Capacitação de todos para uma melhor utilização desses bens;
- 5) Facilitar a produção de novos conhecimentos, em um processo contínuo de criação cultural;
- 6) Desenvolver as habilidades de análise crítica, de comparação e de produção, de formulação de hipóteses e de solução de problemas colocados pelos fatos e fenômenos observados.

Os métodos apresentados poderiam ser utilizados de forma eficaz na educação em São Paulo e pelo Brasil afora, promovendo argumentos, dúvidas, críticas, provocar a imaginação das crianças nas escolas, fazendo com que as crianças se tornem adultos capacitados e com um olhar diferenciado de patrimônio e identidade, dando valor para os bens que possuem.

Assim, as ações educativas voltadas para a preservação devem contribuir para a formação de cidadãos ativos e livres na construção de sua própria vida e da dimensão coletiva. É nessa dimensão coletiva conquistada e reafirmada, que permite ao indivíduo ressignificar termos como cidadania, participação, responsabilidade e pertencimento. A educação pode ser um dos meios pelos quais se desvende a rica diversidade brasileira (CASCO, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se, nesse artigo, conhecer a importância do patrimônio material e imaterial para a educação na cidade e no estado de São Paulo. Para isso, foi estabelecido como objetivo específico: a) estudar o patrimônio material e imaterial na cidade e no estado de São Paulo; E como os mesmos podem ser utilizados como recursos para a educação.

O patrimônio e a memória são construções contínuas, pois são heranças do passado que permanecem no presente fazendo parte da construção da identidade de um povo. Buscou-se estudar, por meio deste artigo, a educação patrimonial como recurso para a educação na cidade e no estado de São Paulo, por meio de dois objetos de estudo – a Estação da Luz como patrimônio material da cidade de São Paulo, e o Fandango Caiçara como patrimônio imaterial do estado de São Paulo – em que buscou-se observar a possibilidade de se trabalhar com a educação patrimonial, como um recurso para a educação de crianças, jovens e adultos.

Além disso, é papel das escolas e de seus professores disponibilizarem oficinas, atividades extras para falar sobre o patrimônio da cidade, do estado e do país, pois não é possível organizar o campo das ações de educação patrimonial desenvolvidas pela sociedade com metodologias e normas. Ensinar o respeito ao passado, mais do que sua simples valorização, é contribuir para a formação de uma sociedade mais sensível e disposta a construir um futuro melhor. Construindo assim, uma sociedade que respeite seus antepassados como portadores de saberes e tradições que precisam e devem ser reinventados ou transmitidos as futuras gerações (CASCO, 2005).

Porém, pôde-se verificar que os objetos de estudo: Estação da Luz e Fandango Caiçara podem ser trabalhados como recursos para a educação em São Paulo. A Estação da Luz por ser um dos cartões postais da cidade, e que conta com um patrimônio ferroviário que deve ser lembrado pelas pessoas que passam ali todos os dias, os alunos e a sociedade em geral, devem conhecer a importância que o espaço tem até hoje, estratégico e de muita história para contar. Já o Fandango Caiçara, uma representação artística, registrado como patrimônio

imaterial do litoral do estado de São Paulo, tem em suas festividades, tradições de um passado sofrido, onde os vizinhos ajudavam a erguer as casas para os antigos povoados, são momentos onde a comunidade se reúne e reforça as relações com as pessoas, preservando a memória e a prática das diferentes músicas e danças.

É importante as crianças e até mesmo os adultos, conhecerem a história dos patrimônios não só da cidade, mas do estado, são comunidades tradicionais que vivem um modo de vida diferenciado, mas que é algo único, passado de geração em geração, e que infelizmente precisa-se registrar como patrimônio, pois ele corre o risco de desaparecer.

A pesquisa não se encerra aqui, sendo esta apenas uma análise preliminar com os dados obtidos através da teoria estudada e das referências em artigos, dissertações e periódicos, necessitando-se uma análise *in loco*.

No entanto, vale ressaltar que a memória é essencial para uma cultura que deseja preservar suas características, além disso, por ser intimamente ligada ao patrimônio, fornece subsídios para que a identidade possa ser construída e fortalecida a partir dos anseios da comunidade, sendo papel da comunidade a valorização de seu patrimônio para que a memória não seja esquecida.

Sendo assim, trabalhar os conceitos de patrimônio, memória e educação patrimonial interfere, diretamente, na comunidade, ou seja, o trabalho coletivo em prol da preservação de sua memória, de sua história e de seu patrimônio promovendo o desenvolvimento de uma dada localidade e fortalecendo a mesma em nível social, econômico e cultural por meio da sensibilização.

Trabalhar com a educação patrimonial é o resultado do esforço conjunto de professores, alunos, pais, líderes comunitários e organizações que se sentem parte de uma comunidade, no caso de São Paulo, a valorização da memória por meio de seu patrimônio trará um resultado positivo para essa cidade que se identifica ou se sente pertencida na construção dessa história. Portanto, o artigo propicia uma contribuição para uma reflexão acadêmica sobre a educação patrimonial como recurso para a educação, além de se estudar e compreender a memória e o patrimônio como elementos capazes de valorizar a história da maior e mais importante cidade do país: São Paulo.

Logo, este estudo não teve o objetivo de concluir o assunto e sim, criar mais discussões com outros trabalhos que abordam esta temática. Portanto, espera-se que este estudo seja apenas uma porta para outros estudos sobre a temática.

**THE PATRIMONIAL EDUCATION AS A RESOURCE FOR
EDUCATION: A STUDY FROM THE MATERIAL HERITAGE
ESTAÇÃO DA LUZ AND IMPERATIVE HERITAGE FANDANGO
CAIÇARA IN THE STATE OF SÃO PAULO, BRAZIL**

ABSTRACT

This article had as objective to know the importance of material and immaterial patrimony for the education, through two patrimonies in the city and in the state of São Paulo: The Station of Light like material patrimony and the Fandango Caiçara like immaterial patrimony. Thus, we discussed the importance of heritage education as a resource for education, and also the relation of these historical landmarks to the preservation of the culture and history of a people. For this purpose, a bibliographical research was carried out in order to contribute to the reflection of a quality teaching under the patrimonial education bias, through its cultural representations. Finally, it is considered that the preliminary reflections pointed to the following aspects: the importance of projects, workshops, field trips on heritage education within schools; Teach respect for the past, thus building a better future for children and young people. It was observed that heritage education is a possibility to work with the rescue of memory and heritage for the education of the future, since there are innumerable assets registered and registered, as in the cases used in this study, valuing the city, the state, and The people who are part of this heritage, stimulating the sense of identity.

Keywords: heritage education; heritage; Estação da Luz; Fandango Caiçara; São Paulo.

REFERÊNCIAS

BATISTA, C. M. Memória e identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 3, 2005.

CASCO, A. C. A. J. **Sociedade e educação patrimonial**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2005. Disponível em:
<http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/sociedade_e_educacao_patrimonial.pdf>. Acesso em: 05 de Maio de 2017.

CHUVA, M.; NOGUEIRA, A. G. R. **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012

CIDADE DE SÃO PAULO. **Estação da luz**, 2014. Disponível em:
<<http://www.cidadedesapaulo.com/sp/br/o-que-visitar/186-estacao-da-luz>>. Acesso em: 05 de Maio de 2017

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E TURÍSTICO (CONDEPHAAT). **Estação da luz**. Disponível em:
<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.bb3205c597b9e36c3664eb10e2308ca0/?vgnextoid=91b6ffbae7ac1210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&Id=bbdec73fb46cc010VgnVCM2000000301a8c0_____>. Acesso em: 23 de Março de 2017.

COSTA, M. L.; CASTRO, R. V. A. **Patrimônio imaterial nacional: preservando memórias ou construindo histórias?** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Estudos de Psicologia, 2008.

ENNE, A. L. **Discussões sobre a intrínseca relação entre memória, identidade e imprensa.** II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Florianópolis, 2004

FUNARI, P. P.; PINSKY, J. **Turismo e patrimônio cultural.** São Paulo: Contexto, 2009

FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU. **Documento institucional.** Tema de interesse turismo. Novembro, 2011.

GUZZO, A. C. P. **A importância do estudo do patrimônio histórico para o resgate da memória.** (Sem Ano). Disponível em:
<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2512-8.pdf>>. Acesso em: 12 de Abril de 2017.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia de educação patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Site institucional.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do>>. Acesso em: 28 de Abril de 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos.** Brasília, DF: Iphan, 2014

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Fandango caçara.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/83>>. Acesso em: 22 de Março de 2017

MARTINS, C. **Turismo, cultural e identidade.** São Paulo: Roca, 2003

MORAES, A. P. **Educação patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o patrimônio cultural,** 2005. Disponível em:
<http://www.lages.sc.gov.br/suacidadesuacasa/material/artigo_1.pdf>. Acesso em: 31 de Março de 2017.

NATAL, L. **Estação da Luz.** Disponível em: <<http://www.cidadedesao paulo.com/sp/br/o-que-visitar/atrativos/pontos-turisticos/186-estacao-da-luz>>. Acesso em: 22 de Março de 2017.

NOELLI, F. S. **Educação patrimonial: relatos e experiências,** 2004. Disponível em:
<<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 31 de Março de 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA – UNESCO. **Site institucional.** Disponível em: <<http://en.unesco.org>>. Acesso em: 20 de Abril de 2017.

PACHECO, R. A. **Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museus e o ensino de história.** *Revista Brasileira de História*, v. 30, n 60, 2010.

PAES, M. T. D. **Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico.** Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil (Sem Ano).

PERINOTTO, A. R. C.; SANTOS, A. K. P. Patrimônio cultural e turismo: um estudo de caso sobre a relação entre a população parnaibana e o Complexo Porto das Barcas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 5, n. 2, p. 201-225, 2011.

PESAVENTO, S. J. **Cidade, espaço e tempo**: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. v. II, n. 4. Pelotas, RS: Editora da UFPEL, 2005

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2016. Disponível em:
<<http://www.capital.sp.gov.br/portal/secoes/turista>>. Acesso em: 20 de Abril de 2017.

ROCHA, T. S. F. **Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio**: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. XVIII Encontro Regional (AMPUH-MG), 2012.

SANTANA, A. L. **Estação da Luz**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/sao-paulo/estacao-da-luz/>>. Acesso em: 20 de Abril de 2017.

SANTOS, R. S. **O encanto da lagoa**: o imaginário histórico-cultural na Lagoa Encantada. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo). Programa de Pós-Graduação em Cultura e Turismo, UESC/UFBA, Ilhéus, BA, 2004.

SOBRAL, J. M. **Memória e identidade nacional**: considerações de caráter geral e o caso português. Instituto de ciências sociais da Universidade de Lisboa, 2006

VEJA SÃO PAULO. **Estação da Luz**. Disponível em:
<<http://vejasp.abril.com.br/estabelecimento/estacao-da-luz>>. Acesso em: 22 de Março de 2017.

ZANIRATO, S. H. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. **Revista Patrimônio e Memória**. UNESP, 2009.

Recebido em 08 de maio de 2017. Aprovado em 11 de setembro de 2017.